

OS CRIoulos EM ÁFRICA SÃO LÍNGUAS DE BASE PORTUGUESA? EMBATE SOBRE OS CONCEITOS.

Catia Manuel ¹, Alexandre Antônio Timbane ²

RESUMO

A questão terminológica do termo pidgin surgiu pela primeira vez em 1850 (TARALLO, ALKMIM, 1987) para se referir a mistura entre o chinês e o inglês. Sabe-se que do pidgin surgiu o crioulo, uma língua natural que se formou em espaços de contato linguístico. Os crioulos se formaram em espaços estrategicamente dominados por europeus e por essa razão muitos crioulos se localizam na região da costa ocidental de África e nas ilhas da América Central. A Guiné-Bissau é um dos países que teve a formação do crioulo, chamado 'crioulo da Guiné-Bissau' e recentemente há pesquisadores que designam de 'guineense'. É uma língua não oficial embora fosse uma língua franca ou veicular para a maioria dos guineenses. Neste trabalho tenta-se questionar se o crioulo da Guiné-Bissau possui uma base portuguesa. Nesta pesquisa discute-se os conceitos de base de uma língua e os conceitos de crioulo e pidgin. Com a pesquisa pretende-se trazer reflexões sobre a "base portuguesa" analisando e comparando com línguas africanas. Utilizando o método bibliográfico se conclui que o crioulo falado na Guiné-Bissau precisa de um nome. Os dados mostram que o crioulo da Guiné-Bissau possui uma base de línguas bantu tendo emprestado algum léxico do português. Na pesquisa compreende-se que o léxico é o mais evidente em todas as línguas. Existe sim, uma base lexical, mas a base gramatical se concentra nas diversas línguas bantu faladas na costa ocidental de África. O crioulo é uma língua africana que precisa de ser classificada tal como as outras línguas, havendo necessidade da produção de livros, dicionários e gramáticas que descrevem e demonstram as especificidades da língua. Em seguida seria necessário que ela seja oficializada para que seja língua de ensino não apenas nas escolas e universidades guineenses, mas também na vida da burocracia.

Palavras-chave:

Crioulos. Base portuguesa. Guiné-Bissau. Pidgin.

¹ UNILAB, IHL, Discente, e-mail: manuelcatia20@gmail.com

² UNILAB, IHL, Docente, e-mail: alexandre.timbane@unilab.edu.br

INTRODUÇÃO

Falar de África é emergir numa diversidade linguística e cultural. O plurilinguístico é um fenómeno natural e frequente entre os povos e grupos étnicos. No continente predominam línguas de origem africana, europeia e asiáticas. A chegada e o enraizamento de línguas europeias se deveu ao sistema colonial que implantou sob forma de Lei (Constituição, Decreto), uma política linguística da obrigatoriedade, ou melhor da oficialidade ou de estatuto. Após as independências, a maioria dos governos africanos adotou línguas europeias como oficiais, tal como Rodrigues (2011), Timbane e Rezende (2016) e Petter (2015) sustentam.

A Guiné-Bissau, nosso objeto de pesquisa tem uma situação sociolinguística complexa. Os guineenses, segundo Namone e Timbane (2017, p.51) convivem com línguas de origem e de base africanas, das quais se pode citar: crioulo (*guineense), balanta, fula, mandinga, manjaco, papel, bafada, bijagos, mancanha, felupe, nalu. A designação '*guineense' em asterisco porque ainda merece debate aprofundada, porque balanta, fula, etc. também são línguas guineenses. Procuraremos discutir este aspecto em fórum próprio. Retomando a discussão sobre as línguas faladas na Guiné-Bissau pode-se incluir as línguas de origem europeia (português, francês, inglês) e línguas de origem asiática (o árabe). O árabe é bastante utilizado em contextos da religião islâmica. Pouca literatura coloca o crioulo de forma equitativa com as línguas europeias, quer dizer crioulo é ao mesmo tempo dizer uma 'pequena língua', sem valor. Essa perspectiva, Bagno (1999) designa de preconceito linguístico. Sempre que se fala de crioulo dá-se a impressão de que se trata de uma língua deficiente, sem estrutura, incompleta e sem léxico suficiente para receber a qualidade de língua. Nesta pesquisa se defende a ideia de que não existe uma língua com léxico nem gramática incompleta. Pesquisadores que tentam defender essa perspectiva fracassam nos seus argumentos quando iniciam a descrição da língua. Apesar da Constituição da República da Guiné-Bissau não fazer referência ao português como língua oficial do país está claro que ela é a língua do poder, aquela que discrimina os guineenses em 'alfabetizados' e os 'analfabetos', 'cultos' e 'incultos' deixando de lado, o crioulo (falado por 44,31%) que é a língua de maior expressividade para a maioria da população localizada geograficamente nas áreas urbanas e suburbanas.

É importante destacar que não está escrito em nenhum parágrafo (artigo) da Constituição, mas é sabido (por todos os guineenses e pela comunidade internacional) que o português é a única língua oficial do país. O funcionamento do Estado, da justiça, da educação é feita em português. Alguns guineenses relatam maus tratos, punições e outros castigos sofridos pelos alunos em vários sistemas de ensino causados pelo não (falta) do domínio da língua do poder (TIMBANE, REZENDE, 2016). A punição: insucesso escolar, dificuldade de contratação para os melhores cargos ou empregos, exclusão social, limitações para benesses do Estado, dificuldades em compreender os direitos e deveres Constitucionais, entre outros. Essa atitude revela como a política exerce um poder ideológico no seio da sociedade apoiando-se na língua oficial. Partes da constituição seriam mais claros e compreensíveis com maior facilidade se o texto tivesse sido escrito em língua crioula. Afirmar que o português é língua oficial é ao mesmo tempo declarar que a língua fula, papel, manjaco não têm importância ou relevância. A oficialidade dá um prestígio e proteção à língua por forma a que ela possa crescer e se consolidar de geração em geração. A proibição do uso das línguas locais iniciou no período colonial e ainda persiste infelizmente nos nossos dias. Desta vez não é culpa dos colonizadores. Há vozes que defendem que o não reconhecimento das línguas africanas como oficiais evita guerras étnicas. Falantes de língua de uma etnia rival não aceitariam a língua da outra. Este argumento é uma falácia, senão vejamos: A África do Sul oficializou 9 línguas africanas, mas não houve nenhuma "guerra linguística". No Brasil já são oficiais as línguas baniwa, tukano e o nheengatu em São Gabriel da Cachoeira (AM) e ainda não se observou nenhum conflito armado ou étnico. No Quênia, o inglês e o kiswahile são oficiais. No Canadá, o inglês e o francês são oficiais.

O aparente "conflito" reside na mente dos guineenses assim como o desconhecimento das capacidades expressivas das suas próprias línguas. Ter vergonha da sua própria língua é ter vergonha da sua identidade e isso é absolutamente inconcebível num mundo em que a aculturação é mais forte que a culturação. A oficialidade de uma língua, no contexto da Guiné-Bissau ocorreria na cidade, província ou distrito onde uma determinada língua é falada. Seria importante que a Constituição determinasse a oficialidade para que cada região adote a sua língua como oficial. Essa política linguística, na perspectiva de Severo (2013) fomentaria o seu uso e preservaria a identidade dos falantes. Cardoso, Hagemeijer e Alexandre (2015), Couto (1994),

Lefebvre (2004), Spears e Winford (1997), Pereira (2006), Tarallo e Alkmim (1987) Hlibowicka-Węglar (2012, 2016) são unânimes em definir os crioulos como sendo línguas de formação rápida criadas pela necessidade de comunicação entre pessoas que involuntariamente se concentraram num determinado espaço geográfico pertencente a grupos sociolinguisticamente distintos impulsionados na sua maioria por situações sóciohistóricas e econômicas. Num primeiro momento essa formação linguística se chama pidgin e a partir do momento em que surgem falantes nativos deixa de ser e assume a designação crioulo. É importante referir que da mudança do pidgin para crioulo não há alterações significativas nas características e estruturas linguísticas, mas sim a existência de ‘pessoas’ que a falam como L1. Essa transformação de pidgin para a crioulo é discutível, pois o que acontece é apenas nascimento e o crescimento de uma criança que aprende o pidgin.

Nesta pesquisa não compreendemos até que ponto o nascimento de um humano impulsiona a formação de uma língua. É questionável se partirmos da ideia de que quem faz a língua é a sociedade e não o indivíduo. Saussure (2006) associa a língua ao elemento abstrato, pertencente um determinado povo enquanto que a fala é própria do indivíduo, o que significa que a materialização da língua se processa por meio da fala/escrita. O indivíduo jamais poderá mudar a língua senão a partir de consenso social. A língua é uma construção social e não individual. Logo, como é possível que o nascimento de um indivíduo seja o marco do surgimento de uma língua? Diante destas discussões, cabe-nos compreender que no nome “crioulo” apenas vemos uma imposição nominal dos linguistas e da política linguística (SEVERO, 2013, CALVET, 2007) e sem que isso crie algum efeito no sistema linguístico propriamente dito. A língua já é sólida enquanto pidgin e enquanto instrumento de comunicação se um povo. O crioulo deveria ter a qualidade de língua internacional visto que se funda na base de diversas línguas, diversos povos. A crioulistica é baseada na teoria universalista (HLIBOWICKA-WEGLAR, 2006, p.150). Foi ela que determinou o crioulo guineense como de base portuguesa.

METODOLOGIA

Para a pesquisa, baseamos na leitura de diversos livros que discute a temática da formação de línguas em contexto multilíngues. Consultamos documentos e lemos outros materiais científicos que demonstram como o crioulo se formou em diversos contextos. Fica clara a ideia de que os crioulos surgem em situações de emergência e urgências linguísticas (TARALLO e ALKMIM, 1987). Sendo uma pesquisa bibliográfica tivemos a oportunidade de discutir e compreender como a terminologia funciona e sua relação com senso colonial. Olhando sob o ponto de vista africano compreendemos a perspectiva da maioria dos autores havendo necessidade de adequar as perspectivas aos contextos atuais que satisfaçam as africanidades.

Para além disso a nossa experiência como professores de guineense nos levou a refletir sobre aspectos da língua e assim trouxemos para o debate alguns debates fazendo comparações com outras línguas africanas (xichanagna, balanta, wolof) para testar as teorias. A escolha de línguas de diferentes regiões visa compreender como funcionam as especificidades e provar o parentesco entre o crioulo e as diversas línguas africanas. Duas pessoas com cabelo loiro ou olhos verdes não significa que sejam parentes nem que tenham nascido do mesmo pai e mães. Existe o DNA que realmente define quem é filho de quem. Sendo assim, veremos essas características que nos levarão às conclusões que passaremos a citar.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os estudos de Couto (1994) demonstraram claramente que o crioulo da Guiné-Bissau é diferente com o português europeu em nível do léxico, de morfologia, fonologia, sintaxe, semântica e pragmática. Couto percebe essa diferença e afirma que “grande parte dos autores que trataram da morfologia do crioulo fizeram-no de uma perspectiva eurocêntrica, forçando seus morfemas e/ou suas palavras a entrar na camisa-



de-força de categorias como substantivo, adjetivo, verbo, etc” (COUTO, 1994, p.83, grifos do autor). A inquietação do Couto com relação às diferenças em o português e os crioulos também foi relatado por Pereira (2006) ao afirmar que para um falante de português, os crioulos portugueses possuem inúmeros casos de dificuldades de reconhecimento da base portuguesa em quase todos os aspectos linguísticos. Aí a autora cita exemplos da sintaxe, da morfologia, da fonologia, léxico, etc. A autora chega a reconhecer o fenômeno partindo da hipótese da coexistência sincrônica e o efeito do contato com outras línguas ao longo dos séculos o que provoca dificuldades de reconhecimento. Ora, o português é uma língua românica (provem do latim vulgar), uma vez que buscou traços característicos do funcionamento gramatical do latim. Estaria correto afirmar que o português é de base árabe, se entendermos que o português acolheu muitas palavras do árabe? Quer exemplos? alcaiteia, alfaiate, alface, alicate, almofariz, azeitona, atafona, arroz, etc incluindo a numeração que é arábica. Mas ninguém pode afirmar assim, pois o português provem do latim que é a base das línguas românicas. O português ainda conserva muitas expressões do latim (especialmente no meio acadêmico e jurídico). Mas no crioulo da Guiné-Bissau raramente se observa isso.

É frequente ouvir teses que defendem que aprender latim ajuda na aprendizagem do português. O estudo do português facilitaria o estudo do *guineense? É claro que os sistemas são totalmente diferentes. Muitos guineenses aprendem com dificuldade o português. Um português pode sofrer para aprender o crioulo, apesar de ser chamado de “base portuguesa”. Tanto o crioulo quanto o português são línguas distintas que usam bases gramaticais diferentes. Aprender o português não ajuda na aprendizagem do *guineense e vice-versa. Couto (1994, p.91) sempre chamou atenção: “nunca é demais repetir que as categorias gramaticais do crioulo não são as mesmas de tradição greco-romano.” O autor afirmou que atribuiu nome de “verbo” por comodidade, pois não corresponde exatamente a isso. Exemplos de Couto (1994, p.91): a) i bonitu ba “ele era bonito” b) n`mininu ba “eu era menino”. Observando a sintaxe nestes exemplos onde estariam as regras do português Europeu?

Tanto no *guineense como em balanta, wolof e xichangana, os pronomes pessoais sempre veem acompanhados dos prefixos, pois sem esses prefixos a conjugação não tem sentido completa. Vejamos alguns exemplos do verbo comer (om=balanta, lekk=wolof, kudha=xichangana, kume=crioulo) no presente do indicativo:

Ex1: português: Eu como, Tu comes, Ele come, Nós comemos, Vós comeis e Eles comem.

Ex2:balanta: nhidi n`om, udi n`om, un a om, bodin b`om, badin ba om e bagma b`om

Ex.3:wolof: ma gui léck, ya gui léck, mu gui léck, nio gui léck, yéne gui léck e nyi gui léck

Ex.4: xichangana: mine na dha, wene wa dha, yene wa dha, hine ha dha, nwine ma dha e vone va dha

Ex.5:crioulo: ami n` kume, abo bu kume, el i kume, anos no kume, abos bo kume e elis e kume.

Em português, os pronomes pessoais têm flexão no gênero, marcando o masculino e o feminino: ELE e ELA e no plural Eles/Elas. Enquanto que no *guineense têm a única forma que não distingue o gênero: Elis(guineense). Essa característica é frequente nas línguas bantu. No caso da língua balanta e xichangana a situação é a mesma, tal como se pode verificar nos exemplos:

Ex.6: Português: Ele/ela come e Eles/Elas comem

Ex.7: Crioulo: El i kume e Elis e kume

Ex.8: Balanta: Un a om e Bagma b`om

Ex.9: Wolof: Mu gui léck e Nyi gui léck

Ex.10: Xichangana : Yene wa dha e Vone va dha

No *guineense a marcação dos tempos verbais aparece separada dos verbos. Vejamos:

Ex.11: crioulo: Ami n` kume ba/badja, Abo bu kume ba/badja, El i kume ba/badja, Anos no kume ba/badja, Abos bo Kume ba/badja e Elis e kume ba/badja.

Ex.12: balanta: Nhidi n` om ke, Udi n`om ke, Udi n`om ke, Un n`om ke, Bodin b`om ke e Bagba b`om ke.

Ex.13: xichangana: mine ni dhile, wene u dhile, yene a dhile, hine hi dhile, nwine mi dhile e vone va dhile.

No *guineense o BA/ BADJA que marcam o passado; na balanta o KE e no changana o ILE.

Sintaxe: A falta dos artigos definidos. No *guineense os artigos definidos são ocultos/inexistentes na sentença. Marcamos a ausência por meio do símbolo Ø Vejamos:

Ex.14: crioulo: Ø Minino tchiga; Ø Badjuda bai skola Ø Rapaz kai

Ex.15: xichangana: ØMufana wa lhasa, Ø Mtombi hi fambile xikolwene Ømufana a wile

Ex.16: balanta: Ø Mbi kpadn; Ø afuli to kiskola; Ø lufu kobi

Ex.17: português: O menino chega; A moça foi a escola e O rapaz caiu

Nos exemplos de 14 e 16 observa-se a ausência de artigos definidos. É uma característica peculiar das línguas bantu. As línguas bantu possuem um sistema de classes nominais, extensões verbais e um léxico básico. Os sistemas de classes nominais marcam o gênero e número. Mas em nenhum momento se observa um fenômeno que equivale ao artigo definido. O crioulo herdou essa regra a base das línguas tal como se vê no exemplo 14. Nos exemplos a seguir observa-se que existe uma forma única do uso do artigo indefinido nas línguas africanas.

Ex.18: crioulo: Un badjuda e Un rapaz

Ex.19: xichangana: Ømtombi e Ømufana

Ex.20: balanta: A Fuli e A Lufu

Ex.21: português: uma moça e um rapaz

A incorporação dos novos elementos na frase que são elementos característicos das línguas africanas como, por exemplo, TA. Ele mostra a frequência.

Ex.22: Crioulo: Ami n`ta bai RU e Ami n` bai RU a RU

Ex.23: xichangana: mine na famba a RU e mine na famba a RU

Ex.24: balanta: Nhidi n`mat to RU e Nhidi n` to RU

Ex.25: português: Eu vou para RU e Eu vou para RU

Como se pode observar nos exemplos apresentados, o crioulo se aparenta linguisticamente mais com as línguas africanas do que com o português.

CONCLUSÕES

Os debates aqui apresentados nos levam à conclusão de que os crioulos portugueses apresentam alguns traços lexicais do português europeu. Isso se nota com frequência e é óbvio porque em todas as línguas o léxico se torna mais vulnerável aos deslocamentos e adaptações. Por essa razão observamos no português a existências de palavras como futebol, shopping, sutiã, batom, aipim, machimbombo, estrogonofe, jiugitsu, karatê, mukeka, batuque e várias outras que se instalaram e hoje são tidas como palavras da língua portuguesa. Cada língua se adapta às condições e necessidades dos seus falantes.

A existência dessas não nos permite afirmar que o português seja de origem dessas línguas, porque há elementos mais profundos de uma língua. Estudos sobre o português brasileiro demonstram claramente o deslocamento desta variedade com relação com português europeu em todos os níveis linguísticos. Mas nada nos permite atribuir um novo nome a esta variedade nem afirmar que não é português. Por quê? Porque os resquícios do sistema do português estão fortemente presentes na variedade. O léxico e a semântica saltam à vista, a gramática Ataliba Castilho, a gramática de Mario Perini, a gramática de Marcos Bagno, a gramática de Maria Helena de Moura Neves está aí para mostrar o deslocamento da variedade brasileira do português. Esse deslocamento acontece com outras variedades da lusofonia, mas nada autoriza que se afirme que deixou de ser português.

Olhando para os crioulos as evidências aqui apresentadas demonstram apenas que os crioulos são apenas de base lexical português, mas a base do sistema é das diversas línguas africanas que participaram na formação daquela língua natural. A concentração populacional foi artificial provocada pelo colonialismo, mas a formação da língua foi natural, pois ninguém impôs a sua criação. Os próprios portugueses não queriam que africanos falassem crioulo, mas não conseguiram impedir uma vez que a necessidade comunidade era tão natural. Concluímos aqui que os crioulos em África são de BASE DE LÍNGUAS AFRICANAS. O que manda na língua é o sistema, o léxico apenas é um detalhe gerido pelo sistema linguístico. As funções de cada palavra, os valores de cada palavra são geridos pelo sistema. Um indivíduo pode conhecer as 146 mil entradas do Dicionário Houaiss, de 2009, mas se não sabe o sistema linguístico do português jamais poderá falar a língua. A língua não é palavras apenas, mas sim o valor e o uso das mesmas registradas dentro do sistema. Por isso, a pesquisa nos revela que o guineense é de base das diversas africanas faladas pelo cujo léxico é em parte cunhada do português

Disto tudo isso, apontaremos alguns possíveis caminhos que possam prestigiar e manter a vivas as diversas línguas crioulas faladas na África: **1)** pesquisadores afrocentristas que se interessam pelas línguas africanas precisam tomar atitudes um conjunto de atitudes que visam preservar os crioulos como patrimônio imaterial dos africanos lutando para que estas sejam valorizadas pela política linguística através da sua oficialização e ensino em escolas, institutos e universidades como meio de ensino. **2)** seria importante incluir

as línguas crioulas na classificação das línguas africanas tal como ocorreu no estudo de Greenberg (2010) e Maho (2003) está sendo a cada momento atualizado devido a novas pesquisas. **3)** É urgente a produção de instrumentos do tipo dicionários, gramáticas e fomento à produção literária para que haja maior expansão e difusão das línguas indígenas. Na área cultural é comum ouvir a produção musical em línguas crioulas. **4)** Precisamos caminhar urgentemente para a oficialização das mesmas como línguas importantes, tal como o português e outras línguas privilegiadas nos espaços econômicos, culturais e políticos. **5)** O nosso discurso deveria valorizar as línguas africanas como a base da formação do sistema dos crioulos. Desta forma não iria camuflar a real constituição do crioulo como uma língua de base de línguas africanas. O surgimento das designações pidgin, crioulo, sabir tinha objetivo fundamental de anunciar o surgimento de uma língua que, em situações normais deveria posteriormente ter um nome.

Segundo Hlibowicka-Weglar (2006, p.30) o pidgin, o crioulo e o sabir se referem a língua franca ou veicular. Quando nasce uma criança, ela recebe um nome e assim deveria acontecer quando nasce uma língua. As designações pidgin, crioulo, sabir são equivalentes ao substantivo comum “criança”. Os que se aperceberam do surgimento de uma língua nova, impediram a atribuição do verdadeiro nome dando uma nomeação vaga e em parte inferiorizante - o crioulo. Ora, o “crioulo de base portuguesa” significaria “filho de portugueses”, mas isso não corresponde à verdade porque a língua formada na Guiné-Bissau tem o DNA das línguas africanas. A língua formada na Guiné-Bissau tem pai e mãe que são as línguas africanas (gramática), tendo adaptado um estilo de andar de um famoso artista (léxico).

Terminamos apontando o seguinte: O pidgin, o crioulo ou o sabir mereciam ter nome tal como aconteceu com são tomenses que atribuíram os nomes **angolar**, **principense** e **forro** para aquelas línguas. A Guiné-Bissau ficou perdendo tempo com nome generalista (pidgin, crioulo, sabir) deixando de dar o verdadeiro nome. Mas nada está perdido se houver vontade política, pesquisas científicas e espaços de debate para que isso aconteça. Seria importante atribuir um nome ao crioulo falado na Guiné-Bissau assim como a sua oficialização para que seja cada vez mais valorizada e estimulada para o ensino nas novas gerações.

AGRADECIMENTOS

Agradecimentos ao **PIBEAC/UNILAB** pelo apoio e incentivo.

REFERÊNCIAS

- BAGNO, Marcos: **Preconceito linguístico**. São Paulo: Layola, 1999.
- CALVET, Louis-Jean. **As políticas linguísticas**. Florianópolis e São Paulo: Ipol/Parábola, 2007.
- CARDOSO, Hugo C.; HAGEMEIJER, Tjerk; ALEXANDRE, Nélia. Crioulos de base lexical portuguesa. in: ILIESCU, Maria ; ROEGIST, Eugeen (Eds.). **Manuel des anthologies, corpus et textes romans**. Berlin: Mouton de Gruyter, 2015, p.670-692.
- COSERIU, Eugene. Sistema, norma e fala. in: **VI Congresso Internacional de Linguistas**. Trad. do italiano por J. H. de S. Coimbra: Almedina, 1959/60. p.3-30.
- COUTO, Hildo H. do. Hipótese de relexificação na gênese dos crioulos e pidgins. **Rev. ABRALIN**. v.1, n.1, p.221-250, jul. 2002.
- COUTO, Hildo Honório do. **O crioulo português da Guiné-Bissau**. Hamburg: Helmut Buske Verlag, 1994
- Greenberg, Joseph H. (2010). “Classificação das línguas da África.” In: Ki-Zerbo, J. (Org.). **História geral da África: metodologia e pré-história da África**. v.1. Brasília: UNESCO. p.317-326
- HLIBOWICKA-WEGLAR, Barbara. A gênese das línguas crioulas (hipótese universalista). Lublin Studies in: **Modern Languages and Literature**, n.2930, p.148-156, 2006.
- HLIBOWICKA-WEGLAR, Barbara. A origem dos crioulos atlânticos e asiáticos (hipótese monogenética). **Estudios Hispánicos**, Wroclaw. v.15, p.225-233, 2007.
- HLIBOWICKA-WEGLAR, Barbara. A origem dos crioulos de base lexical portuguesa no golfo da Guiné.

Romanica Cracoviensia, Kraków, vol. 11, p. 177-185, 2012.

HLIBOWICKA-WEGLAR, Barbara. Pidgin, língua franca, sabir: um estudo terminológico. **Romanica Olomucensia**. v.28, n.1, p.35-41, 2016.

LEFEBVRE, Claire. Issues in the study of pidgin and creole languages. **Studies in language companion séries 70**. Amsterdam/ Philadelphia: JBPC, 2004.

Maho, Jouni. (2003). «A classification of the bantu languages an update of Guthrie's referential system. » in: Nurse, Derik; Philippon, Gérard. (Ed.). **The Bantu languages**. Londres: Routledge p.639-650.

NAMONE, Dabana; TIMBANE, Alexandre António. Consequências do ensino da língua portuguesa no ensino fundamental na Guiné-Bissau 43 anos após a independência. Mandinga: **Estudos Linguísticos**, Redenção-CE, v. 01, n. 01, p. 39-57, jan./jun. 2017.

NAMONE, Dabana; TIMBANE, Alexandre António. Consequências do ensino da língua portuguesa no ensino fundamental na Guiné-Bissau 43 anos após a independência. Mandinga: **Estudos Linguísticos**, [S.l.], v. 1, n. 1, p. 39-57, feb. 2017.

PEREIRA, Dulce. **Crioulos de base portuguesa**. Lisboa: Caminho, 2006.

PETTER, Margarida. **Introdução à linguística africana**. São Paulo: Contexto, 2015.

RODRIGUES, Ângela Lamas. **A língua inglesa na África**: opressão, negociação, resistência. Campinas, SP: ED. UNICAMP, 2011.

SAUSSURE, Ferdinand. **Curso de linguística geral**. São Paulo: Cultrix, 2006.

SEVERO, Cristine G. "Política(s) linguística(s) e questões de poder." **Alfa**. São Paulo, v.57, n.2, p.451-473.2013.

SPEARS, Arthur K. ; WINFORD, Donald. (Eds.). **The structure and status of pidgins and creoles**. Amsterdam/Philadelphia: JBPC, 1997.

TARALLO, Fernando; ALKMIM, Tânia. **Falares crioulos: línguas em contato**. Séries Fundamentos. São Paulo: Ática, 1987.

TIMBANE, Alexandre António; REZENDE, Meire Cristina Mendonça. A língua como instrumento opressor e libertador no contexto lusófono: o caso do Brasil e de Moçambique. **Travessias**. v.10, n.3, p.389-408, 2016.